



Os técnicos na sociedade

Serão os técnicos os novos autómatos da sociedade que ajudaram a criar ou podem eles tornar-se um dos vectores de orientação dessa mesma sociedade?

Serão os técnicos o instrumento do inevitável colapso da sociedade ou podem eles ajudá-la a sobreviver às suas próprias criações?

A função técnica não pode hoje satisfazer-se com a "ética do serviço bem feito" nem tão pouco com a convicção de que "a especialização é a única coisa séria a procurar". É certo que o técnico se movimenta dentro do espectro característico de cada especialização. É certo também que a técnica exige um rigor que condensa em si mesmo a moral do trabalho. Mas a especialização é parte de um conjunto e o serviço técnico insere-se numa rede de trocas e serviços mais amplos. Quer dizer, pôr o problema dos técnicos na sociedade equivale a estabelecer três tipos de relações: 1. - a função técnica no processo de desenvolvimento global da sociedade, tomando aqui não só a comunidade mais imediata mas a humanidade; 2. - a função técnica no processo de tomada de decisão que constitui a estrutura administrativa da "polis"; 3. - a função técnica na descoberta das novas dimensões da cultura.

I - Os técnicos e o processo do desenvolvimento global

Na história da técnica (refiro-me em especial à técnica industrial), à euforia das primeiras grandes realizações sucedeu a convicção de que era necessário afirmar a técnica do homem como instrumento inalienável do processo técnico quer como seu único termo significativo. O "humanismo" dos técnicos era um imperativo ético fundamental. Mas, quantas vezes não era apenas um esforço da imaginação e da consciência? Porque ao ver escoar o ácido sulfúrico ou o aço fundente o imperativo imediato era - e é - de ordem técnica, i.e., a total eficácia da operação e o seu máximo rendimento.

O conceito de "desenvolvimento" veio repor o homem no 1.º plano da função técnica - anterior à própria acção industrial, existe a interrogação relativa à finalidade concreta da função a exercer. (Energia nuclear - para quê? a que preço? Siderurgia - porquê? em função de que prioridades?) Não podem hoje os técnicos entrar ingenuamente em qualquer tarefa da sua especialização - têm de interrogar-se sobre a finalidade dos objectivos, sobre a sua real importância para o bem-estar dos homens. E uma vez iniciado o trabalho, não ficam resolvidas, uma vez por todas, as interrogações. Há que rever, em cada etapa do processo, quais os sectores privilegiados do desenvolvimento; importará então reconverter investimentos, indústrias técnicas. Assim se impõe como norteador da actividade não o perfil de um homem abstracto - realidade tão metafísica que perdia impacto moral - mas o dinamismo de uma comunidade de homens concretos.

A presença do homem colectivo, como qualquer coisa de real e tangível ao longo do processo de empenhamento dos técnicos, torna em exigência a necessidade de desmitificar a própria técnica. Ninguém melhor do que os técnicos é capaz de denunciar a ambiguidade da técnica - quer porque todas as suas realizações se alicerçam num princípio de incerteza quer porque a



maneira como vai servir ou não para o bem dos homens determinará a sua qualidade humana. No 1.º patamar do desenvolvimento de um país, é fácil pensar que o desenvolvimento corresponde ao seu equipamento económico - industrialização, planificação, etc., tudo aparece como redentor das comunidades. Cabe aos técnicos mostrar que o alcance desse patamar não resolve o grande desafio do desenvolvimento - a capacidade de uma sociedade dada de integrar, para o bem de todos e de cada homem, a sua própria evolução histórica. A técnica, ao criar o 1.º patamar, tem de apontar para outros - de natureza étnica, cultural, filosófica, espiritual - cujos conteúdos se interpenetram contribuindo para que o homem seja um ser em constante evolução.

É nesta linha que se situa outra coordenada do desenvolvimento - não só no mesmo espaço o desenvolvimento abarca muitas e diversificadas facetas mas ele processa-se ao mesmo tempo em vários espaços. Importaria então falar em termos de "bem da humanidade", uma vez que, por um lado, se conhece a interdependência estreita das grandes forças económicas mundiais e que, por outro lado, há uma consciência nova da solidariedade dos homens ao nível do planeta.

O "bem da humanidade" levará a pôr em questão com maior acuidade ainda, as prioridades ditadas pela economia. A própria base da economia de concorrência será, no contexto mundial, causa de profundas interrogações. Se é certo que a concorrência estimula a iniciativa e a criatividade, é certo também que ela constitui uma força cega que tende irresistivelmente a esmagar os mais desfavorecidos. Não poderá então deixar de se pôr o problema da colectividade dos bens como garantia da sua utilidade para todos. A técnica que não faz apelo ao desejo ilimitado de posse individual mas à consciência de partilha, que não propõe como meta principal o lucro mas sim a justa distribuição da riqueza, é, sem dúvida, uma técnica diferente.

No caso particular de Portugal a interrogação sobre a validade da economia de concorrência é precedida de outras: estamos nós de facto numa economia de concorrência? I.e., estamos nós numa economia cuja expansão é contínua, em que a repartição dos lucros é julgada justa, em que a política fiscal equilibra as consequências dos desvios inevitáveis dos indivíduos, em que a mobilidade dos trabalhadores tida como necessária é suficientemente compensada, em que todas as produções e todos os consumos são lícitos, em que o poder central reprime o monopólio ou os grandes "trusts"? A nossa situação é verdadeiramente paradoxal: teríamos que abrir às exigências da colectivização dos bens uma economia que nem sequer se pode chamar de livre concorrência. Haverá que abrir um caminho novo, uma 3.ª via, que se não deixe tomar pelas ilusões dos vários socialismos ou dos neo-capitalismos, que jogue simultaneamente com o colectivismo e com a livre iniciativa das pessoas e dos grupos. O modelo económico está por inventar. Não haverá aqui uma pista de reflexão que é inadiável para os técnicos?

Apenas anotarei três aspectos dessa 3.ª via.

A matriz económica está estreitamente ligada ao espaço de circulação dos bens. Para que o "bem da humanidade" tenha consistência técnica e económica, é preciso uma certa "massa crítica", uma dimensão em pessoas e em



espaço que tornem possível e operacional o processo técnico. A integração numa Europa sem fronteiras tarifárias será uma via na livre concorrência mas parece indispensável que vá depar com a colectivação interna de certos bens.

Este conceito de colectivização (ou comunitário) permite ainda ver a uma luz diferente o jogo de forças que se desencadeiam em qualquer contexto económico. Será pela tensão entre forças opostas ao nível da empresa ou de outros grupos que algo de novo pode surgir? O rescaldo do pensamento filosófico na 1ª metade deste século leva a interpretar tais fenómenos em termos de captação do poder pelos grupos oprimidos. Creio que aos técnicos se impõe outro caminho: o de uma interpretação das leis físicas que regem o organismo vivo a que pertence. Importa descrever o caminho de superação dos conflitos a partir do próprio entendimento dos processos técnicos. Há nos grupos uma capacidade de auto-regulação decorrente não só de leis morais mas da unicidade de interpretação do universo. Os modelos físicos e matemáticos podem trazer uma nova compreensão dos fenómenos e, com essa compreensão, uma nova modalidade de resolução dos problemas.

II - Os técnicos e o processo de tomada de decisão da sociedade

Na evolução da sociedade política actual, encontramos uma situação paradoxal: enquanto, por um lado, os engenheiros parecem desenvolver um certo complexo por se considerarem "longe do poder", a opinião pública considera-os um dos mais fortes instrumentos do poder cujo exercício reveste, no entender corrente, a forma de tecnocracia. O paradoxo cobre a realidade dos factos, realidade que é, a muitos títulos, paradoxal.

Assim, na "Conferência Internacional sobre as tendências na formação de engenheiros", realizada pela Unesco em Dez.68, atribuiu-se a pouca "popularidade" de que gozava a profissão de engenheiro (à escala mundial em que as necessidades do mercado de emprego são muito maiores do que a oferta) ao facto de a profissão técnica ser exercida longe do poder. Numa análise superficial, os engenheiros não parecem dispor do poder de que dispõem outras camadas profissionais (no nosso País, por exemplo, os homens de leis substituídos gradualmente pelos homens da economia).

Ora numa sociedade técnica, o poder político, i.e., o poder de tomar decisões dizendo respeito à comunidade no seu conjunto, não se encontra localizado num único centro. Trata-se, antes, de um poder concentrado em certos nós da estrutura política que é integradora, ao nível institucional, das estruturas económicas, sociais e culturais. É indispensável reconhecer que, numa sociedade em surto de desenvolvimento, esses nós da estrutura política são dominados pelos técnicos, exigindo ou coincidindo com uma concentração de técnicos. Há, assim, um momento mais ou menos longo no processo de desenvolvimento económico em que os técnicos são os "feiticeiros" da nova sociedade - ao atirarem ao homem da rua com a crueza mistificadora dos números e dos conceitos eivados de ciências desconhecidas, aparecem como detentores de um poder novo. Fala-se então em tecnocracia. Notemos que, sendo forma de intervenção no poder própria da sociedade em desenvolvimento, a tecnocracia não é "percebida" pelos técnicos como "tomada de poder".



III - Os técnicos e as novas dimensões da cultura

Qualquer das tarefas indicadas atrás abre-se sobre o que me parece ser uma pista fundamental de reflexão para os próximos anos: a possibilidade de os técnicos contribuírem de forma decisiva para a criação de novos modelos culturais.

É certo que indirectamente, sem o terem escolhido, os técnicos estão a realizar essa função. A quantidade de automóveis ou de receptores de TV que põem no mercado, as fibras que descobrem e produzem, toda a nova série de materiais novos que têm surgido nos últimos 20 anos - tudo isso tem tido uma profunda repercussão não só na estrutura económica das sociedades como nos "modelos" de vida que são propostos aos homens. Pode dizer-se que esta influência na vida das pessoas se realizou sem a "decisão" dos técnicos. Foi o sub-produto do primeiro ponto de aplicação da sua actividade.

No momento em que a clivagem entre os povos e as classes se torna cada vez maior em virtude das exigências internas da própria civilização técnica e do padrão cultural que trouxe consigo, é altura de os técnicos se interrogarem sobre essa civilização e sobre os modelos culturais que ajudam a criar.

Os técnicos teriam um papel decisivo na interrogação que a sociedade deve pôr-se a si própria quanto ao porquê e ao para quê da sua produção e da sua riqueza. Envolvidos no processo técnico cuja ética é a da optimização dos resultados, serão os técnicos capazes de fazer sobrepôr ao modelo de "sempre mais produção" o modelo de "cada vez mais humanização"? E numa sociedade em desenvolvimento (em que a produção é um imperativo) como conjugar esse imperativo que matará a fome e ajudará milhares de homens a saírem de condições sub-humanas com a recusa do económico como primeiro critério? É o projecto global da sociedade que está em causa; cabe aos técnicos dizer e testemunhar, pela sua vida, que há mais coisas na terra do que a técnica...

Algumas vias concretas parecem começar a delinear-se.

Assim, nesta sociedade altamente tecnizada, deverá nascer um novo conceito de trabalho que se traduzirá também em novas formas de trabalho. Um conceito de trabalho que não escravize o homem, que não seja o exercício puritano do dever, que não seja a fuga ao medo do vazio que atormenta os homens de hoje, que não seja o frenesim de mais lucro. Conceito a ser substituído pelo trabalho que satisfaz, liberta e é assim veículo de libertação para outros homens. Haveria que repensar a esta luz o constante atarefamento em que se encontram os quadros técnicos em todos os tipos de empreendimentos.

Este tipo de trabalho libertador tenderia também a não afunilar as capacidades de cada um no exercício de uma só função mas a abri-las para tipos variados de ocupação. Falo da reconversão da ocupação exercida pelos técnicos. É evidente e corrente, no caso dos engenheiros, a passagem do fabrico à gestão, das relações públicas ao "marketing", da pesquisa à documentação. Trata-se, no entanto, de uma transformação potencial mais funda: dentro de uma matriz bem definida dada pela formação de base há possibilidade de combinações várias que poderão traduzir-se em ramos de actividade completamente distintos. A sociedade nova requiere essa conversão



Creio que o paradoxo tem uma primeira justificação evidente. É que não há paralelo entre o que se chama a tecnocracia e outras formas globais de exercício do poder tais como a autocracia ou a aristocracia, essencialmente anti-democráticas. Perante a complexidade dos problemas em causa e a necessidade de conhecimentos especializados para lhes fazer face, os técnicos (qualquer que seja a sua disciplina, de resto) trazem um contributo único e necessário para a resolução de problemas com grande número de variáveis de ordem técnica. A sua intervenção nos nós da estrutura política não deveria corresponder a uma usurpação do poder por uma só camada.

O problema, legítimo, que se pode pôr é o de saber se é compatível essa "tecnocracia" com a participação do maior número de cidadãos no maior número de decisões afectando a vida do conjunto. Pode dizer-se que a democracia sofrerá nos seus fundamentos quando forem desconhecidos os variáveis técnicos que intervêm na decisão. A tecnocracia terá de ir a par com a aptidão geral da comunidade global e das comunidades particulares a compreenderem e, tanto quanto possível, a determinarem, o peso dos factores que convergem em cada decisão.

É certo que os poderes públicos têm uma primeira responsabilidade na articulação da tecnocracia com a participação. Mas, nesta fase de vida, a sociedade e, enquanto não forem rejeitados pelo poder estabelecido, os técnicos têm uma função primordial a desempenhar.

Cabe-lhes, em primeiro lugar, fugir à tentação de intervir nas decisões com a devoção com que se acede ao "santo dos santos" - reforçando o mito de que há um certo tipo de poderes em que intervêm forças desconhecidas e quase mágicas para o comum dos homens.

Pelo seu conhecimento do processo técnico, cabe-lhes ainda tornar possível a coincidência da participação com a tecnocracia. É legítimo pedir aos técnicos que explicitem os dados dos problemas, apontando para a possibilidade das múltiplas soluções que virtualmente contêm. Poderão assim contribuir para a destruição de outro mito igualmente perigoso - o mito das soluções ideais e óptimas. Mostrarão que as soluções operacionais se situam dentro do domínio do possível no espaço e no tempo e decorrem do conhecimento exacto das variáveis que intervêm no problema.

Em terceiro lugar, caberá aos técnicos encontrar o papel adequado do tratamento da informação numa sociedade que será cada vez mais automatizada. Os dados dos problemas terão de ser divulgados sem "condescendência" para com os homens e também sem os rodear de uma auréola de prestígio do "mais saber". Terá de ser encontrada a forma que garanta o exercício da liberdade individual (da capacidade crítica, do discernimento, do direito de escolha) num conjunto de variáveis técnicas. A participação do cidadão comum deverá ser no sistema constante de "feedback" do grande automatismo em que se tomam as decisões.



que permite fazer nascer da formação técnica e industrial adquirida o espectro de ocupações que vai do investigador das ciências ao engenheiro social, do professor ao homem político, do pensador de gabinete ao experimentador laboratorial.

Podem ainda os técnicos introduzir um modelo cultural urgente e indispensável para que a humanidade subsista - o de uma civilização em que se dá novo sentido ao lazer, aos chamados "tempos livres". As ciências e as técnicas são apenas, na sociedade actual, bens de consumo, pouco ou nada "fazendo" aos homens. A azáfama da técnica deveria abrir o homem para o gosto de nada fazer, de se re-criar nos gestos gratuitos e espontâneos da vida... Então estaríamos a criar cultura, pela reflexão que lentamente se elabora, que se detém no sentido das coisas e as interroga.

Como dizia recentemente o director do departamento de electricidade do "Imperial College" de Londres: "Se é certo que precisamos de novos Faraday ou Pasteur, precisamos sobretudo de quem seja capaz de adaptar o sistema social e cultural às grandes descobertas que hão-de vir." Tal é o papel indispensável dos técnicos na construção da sociedade nova.

Fundação Cuidar o Futuro